

# Modelo neoextrativista e supressão de direitos territoriais: comunidades ribeirinhas amazônicas em contagem regressiva

*Luis Fernando Novoa Garzon*  
*Daniele Severo da Silva*

## INTRODUÇÃO

O contexto histórico que explica a intensificação de ataques aos direitos territoriais dos povos amazônicos é demarcado pelo chamado “boom das *commodities*” entre 2002 e 2008, baseado no acelerado crescimento econômico da China. O Brasil, assim como os demais países periféricos detentores de matérias-primas exportáveis, passou a estimular processos de expansão de incorporação e extração de recursos naturais. Nessa lógica, assim como avançavam as atividades agropecuárias e minerais em detrimento do bioma amazônico, deveriam avançar os grandes projetos de infraestrutura, em particular aqueles que convertessem os caudalosos rios amazônicos em plataformas de geração hidrelétrica e corredores hidroviários. Foi nesse contexto que se erigiu a “necessidade” de máximo aproveitamento do potencial hidrelétrico “ocioso” da Amazônia. Como se os rios amazônicos, em sua dinâmica própria, não cumprissem um papel insubstituível na manutenção da vitalidade, da biodiversidade e da sociodiversidade da Amazônia inteira, bem como sobre as massas de ar e correntes oceânicas que circulam no hemisfério americano.

Conjugadas as estratégias de grupos empresariais e governamentais, o planejamento territorial passou a ser oficialmente instruído por interesses particularistas, setoriais e de curto prazo. A fragmentação territorial é um sintoma de fragmentações prévias que implicam na inviabilização de qualquer planejamento em escala nacional ou regional. Utilizaremos como campo de demonstração aspectos da territorialização empresarial promovida na região da bacia do rio

Madeira. A bacia do rio Madeira, que era aquela que mais carregava sedimentos e biodiversidade aquática para a bacia Amazônica, sofreu uma intervenção governamental a partir de 2007, com a emissão “a fórceps” do licenciamento prévio das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau<sup>1</sup>. Depois disso, o caminho estava livre para o leilão não apenas das concessões de aproveitamento energético, mas também dos aparatos de regulação e fiscalização ambiental.

Foi tamanha a expropriação do rio como bem público e bem natural, que se presume que tenha havido igual expropriação da capacidade de percepção da população (tanto em nível nacional como local) dos territórios de ocupação tradicional na Amazônia. O desconhecimento dos lugares entrelaçados de forma extra-mercantil e a adesão implícita e automática aos territórios recriados em moldes neoextrativistas implica em perdas prévias de inteligibilidade espacial, perdas acumuladas por desenraizamentos sucessivos que compõem o substrato das ondas migratórias que se dirigiram para a Amazônia nos anos 1970, desde então em consonância com o avanço da fronteira agrícola e de grandes projetos minerais e de infraestrutura. É preciso, portanto, identificar como cada desterritorialização comporta determinados deslocamentos epistêmicos.

No caso particular das comunidades ribeirinhas do rio Madeira, até o momento da definição dos eixos das duas megahidrelétricas, elas nunca tinham sido incluídas em qualquer planejamento de expansão de serviços públicos. Essa invisibilidade social paradoxalmente manifestava-se como marginalidade e sub-cidadania, mas, ao mesmo tempo, dava feitiço a práticas autossustentáveis e ecologicamente equilibradas, o que permitiu que essas comunidades singulares se consolidassem enquanto tais ao longo de décadas, após o fim do “ciclo da borracha” no início do século XX.

Com o avanço da pecuária e da agricultura de grãos ao longo da BR 364 e com o ciclo de garimpo de ouro e de extração de cassiterita nos anos 1970, gestou-se um imaginário predominante que debita o “crescimento” alcançado no meio ambiente – contra o meio ambiente. A floresta e o rio vencidos representam o alcance e a pujança do progresso. A utilização crescente do trecho navegável do rio Madeira, nos anos 1980, como hidrovia de larga escala para o transporte de grãos irá reforçar esse entrechoque de padrões e expectativas. O ribeirinho será crescentemente visto como “beiradero”, aquele que habita a beira, objetiva e subjetivamente marginalizado, excluído por

demérito e jeito de ser. Segundo Acselrad (92), é através de formas sociais reorganizadas que “o movimento dos investimentos incute a norma – os atributos disciplinares que justificam a localização e o perfil dos negócios.” No caso aqui tratado, a desestruturação social das comunidades ribeirinhas, resultante dos novos fluxos econômicos e sociais, é atribuída aos próprios ribeirinhos de forma inversa e perversa por esse novo olhar urbano, industrial, “desbravador”, colonizador e auto-colonizador.

O “problema” dessas comunidades, na visão tributária do triunfalismo de segmentos agropecuaristas e madeireiros, seria em primeiro lugar a herança indígena recebida, em réplica a seus padrões de “ócio” e de “improdutividade”. Isso explicaria a relutância em abandonar sua matriz cultural-econômica de trânsito entre as atividades de subsistência e atividades comerciais pontuais, e a inapetência frente a inovações técnicas e comportamentais vinculadas ao agronegócio. Segue arraigada nas cidades amazônicas a pejoração do que fica estagnado frente ao que progride. No senso comum predominante de Porto Velho, capital do Estado campeão de devastação do bioma amazônico bem como de varredura de povos indígenas, sinônimo de miserável é “comedor de peixe e farinha”, ou seja, o ribeirinho. Esse olhar esquizofrenicamente se internaliza entre os próprios ribeirinhos, tão duro e perverso se faz o estigma. Evidência palpável disso é o conflito cultural intergeracional nas comunidades ribeirinhas, que tem produzido uma constante migração rural-urbana dos segmentos etários entre 15 e 35 anos.

Este cenário de guetização acentuou-se após a implementação de grandes hidrelétricas no rio Madeira, quando passam a ser contabilizados os agrupamentos ribeirinhos tão somente pela necessidade de sua remoção. O reconhecimento contábil do ribeirinho foi feito em uma situação-limite de negação da própria condição ribeirinha. Sintomaticamente, a oligarquia política do Estado, no decorrer da implantação das usinas, passou a incorporar discursivamente a “causa ribeirinha” no intuito de ampliar os montantes das compensações sociais legalmente previstas. Recursos estes que alimentaram novas e velhas relações políticas de clientelismo político e cartelização empresarial.

Valendo-nos da dupla categorização detectada por Bourdieu na construção social de “esquemas de percepção”, podemos deduzir que o momento objetivista da apropriação do rio Madeira e da definição da forma predominante de seu uso econômico se associa a um

momento subjetivista, em que se recorre a estratégias simbólicas de universalização da forma tida como a mais “adequada” para sua utilização. A implementação célere e brutal das UHEs de Santo Antônio e Jirau se valeu do alicerce objetivo de apropriações particularistas e desapossamentos respectivos, promovidas historicamente ao longo da formação territorial do Estado de Rondônia. Implementação que contou ainda com o beneplácito subjetivo de uma população majoritariamente migrante que, vítima e órfã de um modernização periférica, se dispôs a qualquer transação em nome de sua “inclusão” a qualquer dinâmica que remeta à centralidade ativa do progresso, especialmente quando o objeto de sacrifício maior lhe pareça alheio e exterior, no caso, os povos tradicionais que vivem nas margens do rio Madeira.

Os resultados da privatização e tecnificação da dinâmica das águas, sedimentos e peixes do rio Madeira, na última década, são inequívocos. A montante dos dois reservatórios, dezenas de comunidades foram dissipadas e tragadas subitamente enquanto outras foram sendo gradativamente inviabilizadas e ilhadas à medida que águas que antes corriam rio abaixo, estacionassem e se espraiassem. A jusante da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, na chamada “Área de Influência Indireta” que se estende do perímetro urbano da cidade de Porto Velho até o distrito de Calama, no estado de Rondônia, os processos de expulsão foram mais gradativos, remetendo à inviabilização da reprodução física e cultural das comunidades ribeirinhas remanescentes.

Tal método de limpeza social<sup>2</sup> foi uma constante na expansão das relações capitalistas no campo e na cidade no Brasil. Onde chegou a fronteira de acumulação e rentabilidade, prevaleceu a remoção dos grupos sociais que representem obstáculos à plena conversão de terras e territórios em mercadorias. Nos “saltos adiante” do capitalismo brasileiro, “fronteira” sempre significou um metabolismo de terra arrasada e de superexploração, qualquer espaço ou padrão de sociabilidade passível de ser amealhado por dinâmicas de capitalização. O avanço dessa fronteira se explicita tanto na expansão do escopo físico da acumulação de capital quanto na desintegração de sociabilidades não integralmente mercantis.

Uma das comunidades tradicionais marcadas pelo estigma do “atraso” é a comunidade Maravilha, situada a jusante das hidrelétricas e próxima ao entorno urbano de Porto Velho. A comunidade passou a ser duramente afetada após o fechamento das comportas

das hidrelétricas em 2012 por uma série de desbarrancamentos nas margens do rio que minaram o suporte para a agricultura de várzea praticada pelas famílias ribeirinhas. Ao mesmo tempo, foram intensificadas ações de incorporação dessas áreas por empresas que fornecem serviços de transporte e logística hidroviária (eixo Porto Velho-Manaus), além de processos de especulação imobiliária e de grilagem (*land grabbing*) sobre essas terras de posse tradicional.

Após a grande cheia do rio Madeira em 2014, cheia magnificada pelos reservatórios das hidrelétricas que operavam com capacidade máxima na ocasião, comunidades ribeirinhas centenárias, como a comunidade Maravilha, passaram de repente a ser consideradas “assentamentos vulneráveis”, comunidades situadas em “área de risco”, portanto, passíveis de remoção compulsória. Nenhuma palavra sobre as causas geradoras da expansão das novas “áreas de risco” ao longo da calha do rio Madeira. Nos termos de Wacquant (49), a gênese do gueto como lugar físico, social e simbólico vincula-se ao fato de seus moradores serem destituídos “dos meios de produzir suas próprias identidades coletivas e individuais”. Bastou o enquadramento e a classificação para que novos processos de “limpeza social dos indesejáveis” fossem empreendidos.

O “progresso”, tal como um anjo exterminador, deixa sua marca por onde passa. Após a desastrosa cheia potencializada pelas megahidrelétricas<sup>3</sup>, a Defesa Civil do estado de Rondônia procurou normalizar os efeitos do desastre induzido promovendo a ampliação da área de risco nas margens do rio Madeira e a indicação de remoção de comunidades ribeirinhas por meio da grafia de um X vermelho em suas habitações. Esse sinal simboliza também um alvo e o engatilhamento de contagens regressivas dessas comunidades condenadas à desaparecimento por grandes projetos privados viabilizados com recursos públicos e frouxidão institucional. Essa tem sido a fórmula predominante, nas últimas décadas, para incorporar a região amazônica de forma integral aos circuitos operacionais dos oligopólios privados transnacionais. Tanto o grupo Odebrecht, controlador da UHE Santo Antônio como o grupo SUEZ, controlador da UHE Jirau, expressam conexões diretas e particulares com instâncias estatais que em tese deveriam ter natureza pública e estratégica, como o Ministério de Minas e Energia, a Agência Nacional de Águas (ANA), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A sistemática de licenciamento ambiental que transformou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em um balcão dos grandes negócios e o processo de financiamento por parte do BNDES<sup>4</sup> de cerca de 75% (em torno de 30 bilhões de reais) das duas usinas e suas linhas de transmissão, demonstram exemplarmente como essa fórmula de commoditização do território foi implementada na bacia do rio Madeira. O que se pretende com esse artigo é expor os caminhos da regularização dessa apropriação hídrica de larga escala na Amazônia. Em outros termos, interessa-nos entender os intentos de normalização do desapossamento de territorialidades e sociabilidades adstritas aos grandes rios amazônicos e dos desastres socioambientais decorrentes.

Demonstrar como avançam as diversas frentes de despossessão na região amazônica é fazer com que as políticas de desaparecimento social apareçam e sejam confrontadas. Sem perder de vista a necessidade de inquirir sentimentos e identificações que alimentam esse processo de inviabilização das comunidades tradicionais: a ostentação narcísica e hedonista e a indiferença estrutural frente ao destino dos que foram deslocados em nome de uma pretensa aceleração da modernização econômica e do progresso técnico.

## I. APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

Assim, procuramos registrar esse processo de esvaziamento espacial-temporal (Giddens) que pôde ser aferido na Comunidade Maravilha, de março a julho de 2018, por meio de observação direta, participação em reuniões e entrevistas com os moradores mais antigos. Trata-se de uma pesquisa exploratória que procura preparar o terreno e calibrar ferramentas analíticas para a realização de estudos de caso em comunidades ribeirinhas em condição similar de tensão desintegradora. Nossa metodologia buscou incorporar componentes etnográficos com a realização de entrevistas exploratórias em que se buscou registrar não apenas testemunhos, mas as múltiplas incidências e temporalidades de cada uma das interações que se fizeram possíveis.

O sequenciamento e a pauta desses encontros não foram definidos *a priori*. Em territórios desfigurados e em disputa, é preciso contemplar o imponderável e fazer dele chave de leitura para reprogramações e observações. Estrangulamentos e desvios de diálogo se repetiram ao longo da pesquisa: os entrevistados, ainda que evitando o momento formal do registro, mantiveram um nível similar de abertura para

tratar do cotidiano alterado, do lugar perdido e deslocado. Ainda que nos valêssemos de atalhos abertos por atividades de pesquisa e extensão anteriores, em conjunto com uma associação cultural local<sup>5</sup>, a cada solicitação de agendamento e a cada conversa sempre ecoava, na resposta, direta ou subliminar, a inescapável pergunta: que diabos querem saber, ou o que pensam fazer com essa informação? (Geertz 89).

Depois de inúmeros cadastramentos, peritagens, medições e interdições promovidas na Comunidade em função dos impactos da UHE Santo Antônio e da grande cheia de 2014, cada entrevista era uma incógnita e trazia a sombra de uma armadilha. Cada pergunta ou questão subsequente que fazíamos era uma tentativa de desarmar prevenções contra novos inquéritos que se voltam invariavelmente contra os inquiridos, demonstrar a diferença entre processos de instrumentalização e processos de diálogo e de reconhecimento da comunidade; reconhecimento do que não coube em inventários nem nas planilhas de custos das empresas concessionárias de energia.

Como muitas famílias ribeirinhas têm baixas expectativas de continuar a viver na comunidade, considerando as drásticas descontinuidades a que foram submetidas, era possível pressupor e compor uma escala do silenciamento a depender do tema proposto para conversação. Nesses termos, o intento foi o de reconstituição das trajetórias dos moradores que primeiro chegaram e constituíram a comunidade, para em seguida procurar comparar e caracterizar a sobreposição de configurações sociais anteriores e posteriores à construção das hidrelétricas (Sigaud 63-66). A pesquisa, dessa forma, procurou seguir os meandros da narração pessoal, observando como os sujeitos, no caso, membros representativos da comunidade Maravilha, avaliam as novas ameaças em seu entorno, como valorizam suas próprias ações e como relacionam suas trajetórias com a situação presente.

## 2. A AMAZÔNIA COMO ESTOQUE DE MATÉRIAS-PRIMAS E PLATAFORMA LOGÍSTICA

A Amazônia paga o maior preço pela entronização do modelo neoeextrativista que é centrado na extração e no processamento básico de recursos naturais, alimentando extensiva e intensivamente sua fornalha. Em função dessa instrumentalização da região são promovidas devastações sucessivas de biomas e de culturas entrelaçadas,

dos territórios e dos imaginários de povos indígenas, de quilombolas, de camponeses extrativistas, de pescadores e ribeirinhos. A crescente tecnificação do espaço amazônico em prol de sua funcionalidade para os fluxos exportadores de *commodities* não admite sequer processos de transição da estrutura produtiva e das formas de organização social. O tempo vazio e acelerado simplesmente é acoplado ao espaço esvaziado de vivências e memórias anteriores, em negação de qualquer alteridade não mercantil (Spivak 47-50). Nessa ótica autorreferente, presume-se a superioridade inata, por mérito civilizador, de um determinado padrão econômico–tecnológico superior. Demérito, portanto, dos “de fora do padrão”, dos não imediatamente assimiláveis às relações sociais capitalistas apresentadas como “competitivas”. Bloqueio e desqualificação de olhares e vozes não absorvidos pelo discurso técnico-científico, anulando eventuais controvérsias acerca das inexoráveis exigências do crescimento econômico. (Zhou et al. 11-14). Reconcebida assim pelo ideário desenvolvimentista e por programas governamentais e empresariais, a Amazônia tornou-se um leque de enclaves instalados e por instalar. Grandes empresas localizadas na região ascendem como fornecedoras mundiais de larga escala (*global supplier*) de matérias-primas e para isso contam com a maleabilidade crescente dos marcos regulatórios dos setores de energia, mineração e de infraestrutura, além da celeridade dos processos de apropriação e internacionalização de terras.

A incorporação da Amazônia, tal como vem sendo processada nas últimas décadas, implica na cristalização da condição de fornecedor global do país, sem maiores pretensões de produzir inovações que gerem empregos qualificados e melhor qualidade de vida para a população. Abdica-se de qualquer avanço nas habilitações pós-industriais para recuar de forma pragmática e curto-prazista para os setores de insumos com uso intensivo de recursos naturais. Ganhar somente pela escala e pelo volume, usando as enormes reservas de recursos naturais situadas na Amazônia significa perder o halo essencial que garante autonomia tecnológica e uma trajetória sustentada da economia nacional. Eis o que significa o limiar da Amazônia, a sua negação completa como infinito manancial de sociodiversidade e de biodiversidade.

A Amazônia ganhou relevo na divisão inter-regional do trabalho a partir dos anos 1970 com a assunção de “funções agropecuárias” crescentes, na sequência da “marcha para o (centro) oeste” como

foi denominado o movimento de capitais agrícolas para a região do cerrado brasileiro. Duas décadas depois, o avanço e confluência das fronteiras agrícola, mineral e energética na Amazônia demonstra como o processo de homogeneização do espaço econômico do país vincula-se à otimização das taxas de lucro nas margens, nos espaços periféricos subalternizados (Oliveira e Reichtul 150-155).

O Grande Projeto de Investimento (GPI) em geral, e o Grande Projeto Hidrelétrico em particular, são resultado expresso da convergência de apostas financeiras e estratégias empresariais e políticas desencadeadas a partir de distintas escalas e níveis de poder. Ao acionar seu poder multiescalar e interescalar, um Grande Projeto de Investimento coloca à mercê a política ambiental, a política fundiária e até mesmo a política indígena do país. De forma seminal, João Pacheco (31) antevia no Projeto Calha Norte uma força normatizadora intrínseca, considerando que sua atuação mantinha “um alto componente de escolha, escolhido em cada caso em função de um certo diagnóstico da situação e de uma constelação particular de alianças.” Em razão do poder econômico e administrativo concentrado nas mãos dos executores dos grandes projetos, os territórios em que são instalados ganham uma normatização autorreferente. O enclave econômico assim se recria como enclave político.

Se nos anos 1970 e 1980 grandes projetos hidrelétricos na região materializavam espaços socialmente segregados e jurisdições territoriais *ad hoc*, a partir dos anos 2000, passam a envolver um nível superior de articulação interescalar e uma maior pretensão homogeneizadora da regulação pró-mercados. Por isso, é na Amazônia que se forja a forma-padrão de apropriação de recursos territorializados em larga escala: o modelo neoextrativista que condena a região – e o próprio país – a ser uma eterna sucessão de enclaves em rotação: um enorme menu territorial à disposição de investidores privados e suas encomendas. A sintetização da Amazônia (e das formas sociais conviviais que a singularizam) disponibiliza oportunidades para investidores em termos claramente dedutíveis: blocos de jazidas, áreas agricultáveis, potencial de geração de megawatts, créditos-carbono, e respectivas mercadorias futuras (Santos e Silveira 291; Porto-Gonçalves 210).

O redesenho da América do Sul planejado pela IIRSA, Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, dependia da abertura de corredores de exportação de *commodities* através da

região amazônica, ou seja, através dos países em que está contida. A meta de “integração física”, objeto da iniciativa, pressupõe um patamar técnico desejável de conectividade econômica, como se a mobilidade dos capitais fosse regida de forma horizontal e multidirecional. Na verdade, os “eixos de integração” concebidos para realizar essa interconexão são antes eixos de concentração e de valorização que dão acesso a habilidades e rentabilidades territoriais de largo espectro. Os novos espaços de valorização vislumbrados – seja em programas governamentais pretéritos, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Integrado de Logística, seja em programas vigentes como o Parceria para Investimentos (PPI) – seguem a mesma regra de ouro: atrair investimentos através do rebaixamento dos custos e das regulamentações (Novoa Garzon 213).

Opera vigorosamente nesse cenário a chamada chantagem locacional dos capitais (Acsegrad e Bezerra 185-187). A assimetria entre “opção” de recepcionar grandes investidores de forma incondicional ou a opção de exigir contrapartidas e salvaguardas sociais e ambientais é muito maior em regiões classificadas como atrasadas, em falta portanto com o que seriam os requisitos do “desenvolvimento”. Por isso, nas bordas depredadas e devastadas da Amazônia ou em áreas consideradas estagnadas, aumenta o poder de sedução do cenário de “salto adiante” oferecido pelos grandes projetos.

A chantagem duplicada fica patente nos territórios que foram objeto de bolhas de crescimento na fase inicial das grandes obras. A destruturação social e ambiental promovida pelos Grandes Projetos Hidrelétricos prepara de fato novas estruturações e especializações espaciais e territoriais. A região, incorporada agora como província hidrelétrica, representa um marco superior de capitalização, não só pelo volume de recursos privatizados, mas pelo que franqueia em termos de novas disponibilizações territoriais a partir da prévia anulação de subjetividades coletivas, formadas e recriadas ao longo dos rios amazônicos.

Este quadro se agrava na conjuntura recente com o estabelecimento de iniciativas de desinstitucionalização e desconstitucionalização de direitos e salvaguardas ambientais a partir de 2016, programa anti-ambiental e anti-social incrementado com a ascensão do Governo Bolsonaro em 2018. Medidas provisórias e emendas constitucionais têm formalizado o aproveitamento econômico incondicional de terras, jazidas e recursos hídricos na Amazônia, inclusive em terras

indígenas, suspendendo a vigência de direitos territoriais reconhecidos no Brasil e no mundo. Os *lobbies* vinculados a esses setores alegam que empreendimentos aprioristicamente voltados para o “progresso” e a “geração de empregos” não devem ser submetidos a avaliações sistemáticas de seus efeitos sociais e ambientais a partir de critérios previamente definidos.

### 3. PRECARIZAÇÃO DOS CONTORNOS SOCIAIS E POR QUE SOMOS TODOS TAMBÉM RIBEIRINHOS

O modelo rentista-neoextrativista (Carvalho et al. 20) ao qual o país foi entregue nas últimas décadas combina reiteradas expropriações primárias ao longo da fronteira econômica com formas espoliativas de última geração. Com a permissão de multiplicação da dívida pública e o uso ilimitado de derivativos financeiros, com destaque para os mercados futuros de *commodities*, o país perde qualquer pretensão de definir contornos sociais e marcos, implodidos os regimes de convivência e direitos territoriais decorrentes.

O rio Madeira é alçado à condição de plataforma elétrica e depois de plataforma logística enquanto todos que dele ou nele viviam desaparecem como sujeitos, como titulares de territórios e de direitos. Quem considera tolerável apagar modos de vida singulares para que existam corredores elétricos e graneleiros, avaliza o método de limpeza social que marca a chamada modernização ou avanço das relações capitalistas de produção no país. Por isso, de alto a baixo, produz-se o consentimento frente à expulsão daqueles que, nessa ótica, nem deveriam existir.

A identidade ribeirinha possível ou se constituirá no contraponto, na negação da negação, ou se reduzirá a uma classificação temporária, a uma nova clientela da indústria da miséria: novas levas de trabalhadores precarizados a serem arregimentados mediante regimes de trabalho anômalos ou análogos à escravidão. Assim, a precarização dos direitos territoriais alimenta a precarização dos direitos sociais como um todo. Desconta-se na natureza dos “menos competitivos” os custos adicionais da última crise financeira. Dessa forma, não pode haver riqueza nova sem devastações prévias de biomas, culturas e saberes.

A supressão objetiva de sujeitos referidos por décadas e séculos a unidades de trabalho familiar polivalentes e cooperativas, estreitamente vinculadas aos ciclos hidrológico e climático é uma premissa

para a invenção dos ribeirinhos como “novos pobres” (Escobar 77), deslocados do espaço porque deslocados do tempo. Da invisibilidade em que viviam, que paradoxalmente produziu autonomia provinda da multivariada economia da várzea amazônica, alcançaram uma visibilidade hierarquizante e discriminadora.

Precarização exemplar que reduz ou extingue espaços pactuados de interação social e de reconhecimento, incluindo toda a legislação e normativas protetivas decorrentes desses pactos. O intento de pôr fim ao padrão geral encerra a busca por qualquer generalização, ou seja, qualquer universalização de benefícios civilizatórios. Um meio digno, real e almejável para todos parece inconciliável com a máxima ostentação da prosperidade, como novo sentido e espírito do capitalismo financeirizado e global, mais ainda nas periferias intermediárias, que precisam replicar desigualdades sociais e regionais em escala ampliada.

O princípio legitimatório do combate às desigualdades que presidiu o intento redemocratizador após 1985 e que pontificou o ordenamento constitucional de 1988 foi sendo inviabilizado com as reestruturações neoliberais promovidas pelos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso, até se exaurir com o golpe de 2016 e as eleições de 2018. Condições econômicas referentes ao controle transnacional e financeiro da riqueza e condições políticas referentes à dilapidação da força social organizada e ao esvaziamento das instituições representativas permitiram a emergência de uma agenda ultraliberal para a economia e uma agenda neofascista de militarização dos territórios e de controle da conduta.

Nesse cenário, os remanescentes de povos tradicionais nos entornos dos grandes empreendimentos da Amazônia só podem existir condicionalmente como “populações vulneráveis” dependentes de medidas assistenciais. Seringueiro, castanheiro, pescador, ribeirinho, na narrativa modernizadora hegemônica, deixa de ser concebível como categoria não descritiva ou como condição coletiva consciente. Não pode haver alguém que tenha escolhido, aderido, adotado e criado seu território no entremeio dos ciclos econômicos, inventando um ciclo orgânico continuado. O colonialismo reciclado, que emana do modelo rentista-neoextrativista vigente, não admite rastros de usufruto recíproco e equilibrado de bens comuns.

A dinâmica destrutivo-criadora do capitalismo no Brasil é intensa o suficiente para promover silenciamentos territoriais com poder retroativo. Epistemicídios para que a marcha forçada dos grandes

grupos econômicos sobre a Amazônia prossiga sem comoções. Abrem-se temporadas de caça a rentabilidades extraordinárias, abrem-se portos, estações, corridas e corredores para que se prorroguem os efeitos da última crise de sobreacumulação.

A destruição criadora admissível nesse tempo de catástrofes ambientais, sociais e econômicas, se é o caso de ficar nos marcos dessa gramática finalista, seria a interrupção dessas grandes obras e intervenções não recíprocas com o meio, seria a reversão dos grandes fluxos de extração de recursos naturais em grande escala para atender monopólios privados em detrimento de biomas, solos, rios, vales, dinâmicas climáticas, cidades e mercados locais e regionais.

#### 4. RIBEIRINHO DO MARAVILHA: CONCEITO E EMPÍRIA

A Comunidade Maravilha está situada no município de Porto Velho, estado de Rondônia, aproximadamente a seis quilômetros abaixo do paredão da barragem da Usina Hidroelétrica (UHE) Santo Antônio, margem esquerda do rio Madeira. Passou a ser afetada duramente, como toda área imediatamente a jusante, logo após o fechamento das comportas dessa usina em 2012. Foi um conjunto de desbarrancamentos nas duas margens do rio, quilômetros abaixo, que inviabilizou as barrancas do rio Madeira como área de reprodução econômica, social e cultural das comunidades ribeirinhas, além de condenarem a orla da cidade de Porto Velho, incluindo seu patrimônio histórico. Some-se a isso a intensificação de ações de incorporação dessas margens, já desestabilizadas, por empresas que fornecem serviços de transporte e logística hidroviária. Empresas essas vinculadas ao complexo sojeiro que se dedicou, nos últimos anos, a incrementar seus fluxos exportáveis através do eixo hidroviário Madeira-Amazonas. Além disso, com a construção, em 2013, da ponte sobre o rio Madeira na BR 319, a comunidade Maravilha passou a ser engolfada pela dinâmica urbana e periurbana, sofrendo os efeitos da especulação imobiliária, de ocupações clandestinas e do aumento da criminalidade. Os megapreendimentos e demais obras associadas impuseram reestruturações forçadas na forma como esses sujeitos relacionavam-se entre si e como se vinculavam ao meio ambiente.

Antes de passarmos às narrativas desses sujeitos, nos deteremos na categorização “ribeirinho”, sobre o que não é e sobre o que é, mas principalmente associar tal denominação ao modo como o comunitário de Maravilha se define e se observa neste processo. Na abordagem

da Comunidade Maravilha, optamos pela linha (re)organizativa da identidade étnica, tal como concebida por Fredrik Barth (191), na contramão de suposições essencialistas vinculadas ou a totalidades socioculturais fechadas ou a determinismos geográficos. Comunidades ribeirinhas – longe de serem definidas pela sua localização geográfica ou por algum tipo de encapsulamento temporal – se autodefinem de forma circunstanciada a partir de mobilizações frente a empreendimentos estatais ou privados, com identidades acionadas a partir de “unidades de mobilização” (Almeida 32). A alteridade, portanto, é sempre recolocada, considerando a reconstrução de práticas, processos e vivências singulares. Compreender o processo cosmológico da comunidade em questão é fundamental para que as pluralidades existentes sejam apreensíveis, ressaltando a visão de mundo e de si próprios que os comunitários possuem. O que possibilitou esta leitura foi o contato direto com moradores da comunidade que resistem aos efeitos permanentes gerados pelos grandes empreendimentos no rio Madeira.

A partir de narrativas de representantes das primeiras famílias a se constituírem no local, pudemos identificar um “nós” distinto existindo em meio à trajetória dos acontecimentos aqui levantados:

Como formou a comunidade, como nasceu a comunidade, a comunidade, a comunidade do Maravilha. . . . É uma comunidade que de população tradicional que sempre viveu basicamente da farinha, a fabricação da farinha, né? Do plantio de roças, entendeu? Muitos nativos aqui têm, sempre fizeram roça, né? Desde muito tempo, tendeu? . . . E a outra atividade daqui dos nativos é a pesca, né? Extremamente ameaçada agora por causa. . . . dos empreendimentos de Santo Antônio e Jirau, né? As usinas no caso que aí prejudicou a pesca assim como prejudicou também a cultura de várzea porque acabaram-se as praias, né? E não tem como plantar na várzea se não tem várzea (Morador B).<sup>6</sup>

Percebemos um intento de autoafirmação retroativa, quando colocados diante do espelho desfigurador dos grandes empreendimentos. Os calendários culturais que garantiam a reprodução física e cultural, ao serem inviabilizados, se tornam simultaneamente

memória (saudade) e demanda de futuro (esperança). Ao passo que nomenclaturas como “ribeirinho” ou “população tradicional” vão se tornando impregnantes, torna-se necessário discutir os caminhos dos agenciamentos identitários.

Comunidades tradicionais somente são entendidas em sua indissociabilidade com seus espaços vividos, os territórios. Diversos empreendimentos interferiram na reprodução físico-cultural-territorial desses povos, desde pavimentações de rodovias até construções de hidrelétricas. Os empreendimentos hidrelétricos atuaram de forma incisiva na conduta destes ribeirinhos. Ao ouvir representantes familiares (reputados dessa forma pelas famílias), notamos que há uma luta simbólica já conflagrada pelo direito de existir singularmente em cenário de negação das possibilidades de viver na barranca do rio Madeira. Possibilidade de plantar, de cultivar em sua várzea rarefeita, de pescar o peixe para comer e o peixe para vender, de trafegar com sua canoa, de traçar e retraçar laços parentais e de afeto. Relatos, como este que segue, realçam tais constatações.

Desde o tempo da enchente eu tinha muita planta gente, eu tinha muita coisa; tinha banana, cupuaçu, mamão, biribá, tudo quanto era de planta, abacate, tudo eu tinha, a água levou tudo que era meu; que era meu não, de todos aqui. Além de tudo, eu perdi minhas planta, mas eu perdi também meu marido, perdi minhas planta e perdi meu marido. Que eu prefiro que fosse tudo, mas não o meu marido, porque ele era meu amigo, era meu companheiro, nós trabalhava junto e assim nós sobrevivia. Nós tirava nosso sustento daí, levava pra nossa casa, pros nossos filho. . . . Eu ainda faço um pouco de farinha, duas latas, uma lata, divido pros meus filho, com os vizinho que precisa também. Só que fica difícil pra gente ir lá em Porto Velho e vim. . . por causa do transporte que nós não tem. . . a água acabou também. . . Quem vai fazer uma coisa por nós? Ninguém (Morador Y).

## 5. COMO SER RIBEIRINHO EM UM RIO MECANIZADO

As narrativas revelam a sensação de impotência e humilhação de moradores que passaram anos sendo completamente ignorados por

aqueles que mudaram drasticamente suas condições de vida, as empresas concessionárias e o poder público. Percepção de orfandade que se fez sentir ainda mais forte após a fragilização das bases agroextrativistas dessas comunidades após a instalação das UHEs no rio Madeira.

Consideramos, ademais, com base nos depoimentos, uma determinada morfologia ou estratigrafia da comunidade Maravilha, a partir das propriedades ou posses que se perfilam em corredores, em média de 2,5 km de comprimento por 1 km de extensão, ao longo do rio Madeira. Existe a referência à terra e a sua posse específica, mas o território referido nas falas se aviva nas práticas sociais comunitárias, nas temporadas e roteiros de pesca, nas coletas de açaí, castanha, pupunha, tucumã e frutas como cupuaçu e biribá. A vinculação com o território seria, nesse sentido, cosmográfica, uma vez que “inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele” (Little 4). Elementos que se destacam no relato que segue:

No Maravilha tem muita coisa boa, pô. Tem altas mangas maravilhosas, a cultura de *vazea* é perfeita, quando a gente consegue plantar, tem feijão de primeira, né?, tem quiabo de primeira, o biribá que é maravilhoso, tucumã. . . nem, nem, nem eu acho que Rondônia inteiro, ninguém consegue exportar tucumã que nem aqui, essa região do Maravilha. Tem muito *tucumanzero*, então. . . são fontes de renda que não são exploradas, pois são pouco conhecidas. . . . A gente não vende porque a gente não tem um comércio aberto pra isso. Então . . . a gente tem múltiplo tipo de riqueza, a gente tem que conseguir botar essa riqueza pra fora; tanta a riqueza cultural . . . quem sabe tecer uma tarrafa hoje. Ninguém, eu não sei, eu não vou mentir não, eu não sei, entendeu? (Morador Z).

O olhar que temos e laços que construímos são construções sociais e simbólicas que vão se estruturando e compondo nossa visão de mundo. Os processos não são homogêneos e as formas de olhar sobre o que seja “bom para viver” são claramente díspares e heterogêneas. Percebemos que as memórias dos moradores resultam de inúmeras vivências e práticas reiteradas que se davam nos momentos

de preparo da mandioca (“farinhada”) e das coletas conjuntas de açaí, biribá, tucumã, pupunha e castanha do Pará (atividades estas realizadas em distintos calendários). Nota-se que essa comunidade, antes desses últimos ciclos de modernização compulsória, coadunar-se-ia perfeitamente com a acepção de “sociedades de afluência” (Sahlins 7-12).

O ribeirinho, antes potencialmente um titular de direitos, é convertido no pós-desastre das hidrelétricas em flagelado à mercê de políticas emergenciais e assistenciais, quando muito. Maneira cômoda para os causadores e beneficiados de última instância de apagar os rastros de crimes sociais e ambientais. Entram em cena a Defesa Civil e a Polícia Ambiental com suas medidas evacuatórias aplicadas em nome da segurança das pessoas e do meio ambiente sem pessoas.

A forma de lidar com comunidades submetidas a transições forçadas, sem qualquer tipo de diálogo e sem reconhecimento de direitos é recolocar a memória do vivido como plataforma mínima de diálogo e reconhecimento. Não desistir dos vínculos é ponto de partida para posteriores autodefinições, sempre dinâmicas, articulando-se com as novas necessidades apontadas e com escolhas aproximativas acerca do que mais convenha à maioria da comunidade. Na comunidade Maravilha, esse ensaio de reinvenção se faz presente:

Beradeiros que nem esses . . . é essa força de continuar lutando que elas não vão sair dali, entendeu? . . . rapaz, nós tamos lá, o barranco acabou. A casa dele tá bem e o “não vamos desistir”, é que tá motivando essa galera toda tá aqui, entendeu? Ali e a beira do rio tá aqui, ô. Nós não vamos desistir, então é esse o contexto (Morador B).

A partir do exposto, percebemos que o termo “beradeiro” foi atribuído a partir da necessidade de luta que os moradores tomaram para si: processos que antes lhes pareciam exteriores, em disputa aberta para manter suas referências e suas construções simbólicas. Esta reconstituição de si enquanto parte de uma comunidade tornou-se mais evidente após a grande cheia de 2014, em que várias famílias perderam suas casas, plantas, fruteiras, mirantes e portos de atracação de suas canoas. Podemos identificar que estes roteiros de cisão e de recomposição da realidade serviram para fortalecer a relação dos moradores com o lugar e o tempo socializados em um território.

Little (254) ressalta a importância de regimes comuns de convivência e trabalho na constituição identitária dos grupos, isso fica claro ao pensarmos na categoria ribeirinha, esta “nomeação” a princípio se dá de “fora para dentro”, ou seja, o termo ribeirinho se fortalece com a chegada dos empreendimentos hidrelétricos, e com a circulação de novas formas organizativas e políticas. Da perspectiva das comunidades tradicionais que viveram e vivem ao longo do rio Madeira, conforme se pôde observar nos depoimentos obtidos e em registros anteriores (Silva e Filho 27; Kleppa e Garzon 109) a autodesignação principia como “beradeiros”.

Percebemos que o ímpeto de luta pelo território tornou-se inerente na vida dos que ali permanecem, não comparecem de forma explícita pautas ou bandeiras dos movimentos sociais, mas também não existe conformismo, ao contrário: os moradores de Maravilha expressam uma identificação muito forte com seu território e não consideram deixar suas moradias e vidas. Na prática, observamos que está em curso um processo de ressemantização da etnicidade em meio aos efeitos desestruturadores dos grandes projetos (Arruti 14-18); as definições e autodefinições são recolocadas e reinventadas, conforme podemos observar a seguir:

Fazer muitas coisas, só que o que tá faltando é a valorização do conhecimento, dos saberes tradicionais populares, entendeu? Como e de que forma a gente pode valorizar esses saberes? Juntando a parte acadêmica, os saberes científicos de forma que valorize esses saberes culturais, né? Que são os patrimônios históricos de cada comunidade, eu acho que assim essa é uma forma a princípio bem básica, né? Tentando fortalecer esses segmentos da comunidade, né? . . . modos de vida pra que esses povos se mantenham aqui o seu jeito de viver, através das sementes porque eles têm muitas sementes em abundância, entendeu? Tem sementes em abundância aqui. O que precisa agora pra comunidade são formas científicas de se manterem aqui, então o povo acadêmico, o, a comunidade científica acho que se buscar, vai conseguir formas de valorizar esses saberes, entendeu? (Morador L).

Os remanescentes pós-hidrelétricas atestam sua condição de estrangeiros em seu próprio país, párias sociais, sem lugar na cadeia evolutiva do “progresso”, verdadeiros refugiados do desenvolvimento. A lógica da despossessão que marca os megaprojetos, retira o que antes proporcionava autonomia e multiplica vetores de dependência que acentuam a despossessão inicial. Sem navegabilidade segura para pequenas embarcações, estradas são demandadas para a circulação – e dessa forma difunde-se o desmatamento, o parcelamento irregular de lotes e demais dinâmicas centrífugas típicas da perirurbanização nas cidades amazônicas.

### CONCLUSÃO

A Amazônia é uma imensa reserva de valor que tem sido pilhada, na melhor das hipóteses loteada de maneira organizada por elites desenraizadas que dependem do sucesso de grandes grupos transnacionais e que não têm nenhuma capacidade nem vontade de responder por coletividades maiores. O que está em questão é a criação de dispositivos perpetradores de genocídios e de ecocídios continuados. Não se trata aqui de eventos isolados, mas de um método que reorganiza os processos produtivos sob impulso da máxima rentabilização apelando para a sintetização de povos e territórios na forma de custos e riscos financeiros.

Sem regulação ou fiscalização, multiplicam-se na Amazônia empreendimentos especializados em recursos naturais e em abstrair os elementos sociais neles intrínsecos. Não casualmente é nas frentes de expansão dos setores neoextrativistas na Amazônia que se concentram os massacres de camponeses e de indígenas, que mais se devastam unidades de conservação e territórios tradicionais e onde mais se aplicam regimes de trabalho em condições análogas à escravidão.

A saída possível passa pela articulação das resistências e processos de auto-organização em grandes frentes sociais. Esse já tem sido o exercício reiterado pelos movimentos sociais enraizados na Amazônia: formar frentes intersetoriais com capacidade de pressionar de forma multiescalar, tanto no nível local e regional quanto no nível das instâncias nacionais e internacionais para que seja possível pôr sob tela de juízo os grandes projetos em implementação na região.

Apesar da violência e celeridade das agendas verticais impostas pelos grandes negócios na Amazônia, as comunidades tradicionais não cessam de representar o mundo a seu modo, buscando reconstruir

suas memórias no presente-futuro por meio de suas novas apostas e lutas por reconhecimento. Enquanto o rio Madeira vai sendo incorporado por ciclos econômicos exógenos, tramas clandestinas vão sendo refeitas. A dura “r-existência” (Porto-Gonçalves 83-90) se coloca não somente no esforço da reconstrução material de fontes de renda, mas também na reconstrução cognitiva e afetiva, no sentido da reapropriação social de futuros possíveis.

## Notas

1. Territorialização que se consolida com a intensificação da exploração do rio Madeira como escoadouro de *commodities* produzidas em escala e homogeneidade proporcionais à devastação de biomas e territórios tradicionais neles adscritos.

2. O paralelismo de sentido buscado é com o método de “limpeza étnica” utilizado recorrentemente em processos históricos em que nacionalismos e etnocentrismos demandam a purificação de determinados “espaços originários”.

3. Sobre a controvérsia técnica acerca da interveniência das hidrelétricas no rio Madeira na ampliação da grande cheia de 2014, é elucidativo conferir o documentário *Entre a cheia e o vazão* produzido por Lou-Ann Kleppa com roteiro e texto de Luis Fernando Novoa Garzon.

4. Foi realizado consistente estudo sobre a política de financiamento do BNDES entre 2003 e 2014 pelo Laboratório ETTERN do IPPUR-UFRJ, em pesquisa coordenada por Carlos Vainer e Flávia Braga (7-15). Sobre o mesmo tema, conferir também o estudo de Novoa Garzon (71-100).

5. A Associação Cultural Arirambas é sediada na Comunidade Maravilha e dedica-se à produção de mudas nativas e ao artesanato feito a partir de detritos florestais.

6. É necessário destacar que todas as referências a nomes dos entrevistados são substituídas por letras do alfabeto, escolhidas aleatoriamente. Tal procedimento foi utilizado com vistas a resguardar a identidade dos entrevistados, considerando as ações e pretensões higienistas da Defesa Civil do Estado de Rondônia e do Município de Porto Velho.

## Obras Citadas

- Acselrad, Henri. “Disputas cognitivas e exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil”. *Sociologias*, v. 16, n. 35, Abr. 2014, p. 84-105.
- Acselrad, Henri, e Gustavo das Neves Bezerra. “Desregulação, Deslocalização e Conflito Ambiental: Considerações sobre o Controle de Demandas Sociais”. *Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: Fronteiras da Acumulação no Brasil Contemporâneo*, organizado por Alfredo Wagner Berna de Almeida et al. Lamparina, 2010, pp. 179-210.
- Arruti, José Maurício. *O Quilombo Conceitual: Para Uma Sociologia do Artigo 68*. Texto Para Discussão Projeto Egbé – Territórios Negros (KOINOMIA), 2003.
- Barth, Fredrik. *O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas*. Contra Capa, 2000.
- Bourdieu, Pierre. *Coisas Ditas*. Brasiliense, 1990.
- Carvalho, Alba Maria Pinho et al. “Rentismo-neoextrativismo: a Inserção Dependente do Brasil nos Percursos do Capitalismo Mundializado (1990-2017)”. *Tramas para a Justiça Ambiental: Diálogo de Saberes e Práxis Emancipatórias*, organizado por Raquel Maria Rigotto et al. Edições UFC, 2018, pp. 19-57.
- Entre a Cheia e o Vazio*, dirigido por Lou-Ann Kleppa, roteiro de Luis Fernando Novoa Garzon. UNIR, 2014, *Youtube*, inserido por Lou-Ann Kleppa, 10 nov. 2014, [www.youtube.com/watch?v=IFEputOFFqQ](http://www.youtube.com/watch?v=IFEputOFFqQ).
- Escobar, Arturo. *La Invención del Tercer Mundo: Construcción y Deconstrucción del Desarrollo*. Grupo Editorial Norma, 1998.
- Geertz, Clifford. *O Saber Local: Novos Ensaios em Antropologia Interpretativa*. Vozes, 1997.
- Giddens, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. UNESP, 1991.
- Kleppa, Lou-Ann, e Luis Fernando Novoa Garzon. “Comunidades Ribeirinhas Deslocadas e Realocadas: Resgatando o Patrimônio Socioambiental do Rio Madeira”. *Revista de Cultura e Extensão ALUÁ*, nº 1, 2017, pp. 100-109.
- Little, Paul. *Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da Territorialidade*. UNB, 2002.
- Novoa Garzon, L. F. “O Licenciamento Automático dos Grandes Projetos de Infraestrutura no Brasil: o Caso das Usinas no Rio Madeira”. *Universidade e Sociedade*, v. 12, 2008, pp. 12-34.
- . “Financiamento Público ao Desenvolvimento: Enclave Político e Enclaves Econômicos”. *Capitalismo Globalizado e Recursos Naturais*, organizado por Alfredo Wagner de Almeida et al. Lamparina, 2010, pp. 71-100.

- . “Grandes Projetos de Infraestrutura de ‘Segunda Geração’ e a Expansão da Fronteira Elétrica na Amazônia. *Hidrelétricas na Amazônia: Implicações Territoriais nas Áreas de Influência das Usinas nos Rios Xingu (Pará) e Madeira (Rondônia)*, organizado por José Antonio Herrera e Maria Madalena de A. Cavalcante. GAPTA/UFGA, 2017, pp. 11-40.
- Oliveira, Francisco de, e Henri-Philippe Reichstul. “Mudanças na Divisão Interregional do Trabalho no Brasil”. *Estudos Cebrap*, v. 4, 1973, pp. 131-68.
- Osório, Jaime. “Padrão de Reprodução do Capital: uma Proposta Teórica. *Padrão de Reprodução do Capital*, organizado por Carla Ferreira et al. Boitempo, 2012, pp. 37-86.
- Pacheco, João. “Segurança nas Fronteiras e o Novo Indigenismo: Formas e Linhagens do Projeto Calha Norte”. *Projeto Calha Norte: Militares, Índios e Fronteiras*, editado por João Pacheco. Editora UFRJ/Museu Nacional, 1990, pp. 14-33.
- Porto-Gonçalves, Carlos Walter. “Geografia da Riqueza, Fome e Meio Ambiente: Pequena Contribuição Crítica ao Atual Modelo Agrário/agrícola de Uso dos Recursos Naturais. *O Campo no Século XXI: Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social*, organizado por Ariovaldo U. Oliveira e Marta Marques. Casa Amarela/Paz e Terra, 2004, pp. 207-254.
- . *Amazônia - Encruzilhada Civilizatória: Tensões Territoriais em Curso*. CIDE-UMSA, 2018.
- Sahlins, Marshall. *Stone Age Economics*. Aldine de Gruyter, 1972.
- Santos, Milton, e María Laura Silveira. *O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI*. Record, 2004.
- Segato, Rita Laura. “Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres”. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 29, nº 2, mai/ago. 2014, pp. 341-371.
- Sigaud, Lúcia. *Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos: as Barragens de Sobradinho e Machadinho*. Museu Nacional, PPGAS, 1986.
- Silva, Josué da Costa, e Theóphilo Alves Filho. “O Viver Ribeirinho”. *Nos Banzeiros do Rio*, organizado por Josué da Costa Silva. Editora da Universidade Federal de Rondônia, 2002.
- Spivak, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno Falar?* Editora UFMG, 2010.
- Zhour, A. et al. *A Insustentável Leveza da Política Ambiental: Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais*. Autêntica, 2014.
- Vainer, Carlos e Flávia Braga Vieira (eds.). *BNDES: Grupos Econômicos, Setor Público e Sociedade Civil*. Garamond, 2017.